

Audiência Pública

Financiamento da Educação Básica

1º de julho de 2025

AudEducação

PL 2.614/2024 – PNE (2024-2034)

Estratégia 18.2. Instituir os padrões nacionais de qualidade e definir o CAQ como valor de referência para avaliar a adequação do financiamento da educação básica e a necessidade de financiamento dos sistemas de ensino.

Estratégia 18.5. Suplementar, com recursos oriundos da União, a melhoria das condições de oferta (infraestrutura escolar, equipamentos, mobiliário, alimentação, transporte, tecnologia digital, entre outros) e apoiar a valorização e formação dos profissionais da educação básica pública.

5º Ciclo do Acompanhamento do PNE 2014-2024

Objetivo: Verificar o andamento da Meta 15, referente à formação inicial dos professores da educação básica, bem assim, monitorar as ações do MEC relativas ao estabelecimento dos **parâmetros mínimos de qualidade de ensino**.

9.2. recomendar ao Ministério da Educação, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que adote as seguintes medidas:

9.2.3. atue diretamente na articulação junto aos entes subnacionais e, em apoio técnico ao Congresso Nacional, para a aprovação do projeto de lei complementar que instituirá o **Sistema Nacional de Educação, sobretudo para a implementação do Custo Aluno Qualidade**;

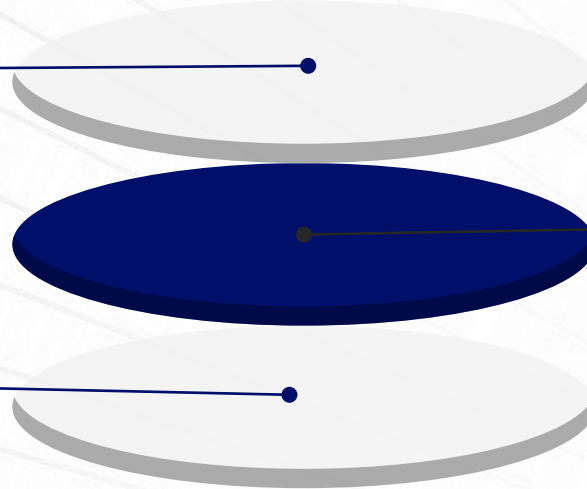
Acórdão 2.590/2024-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz

Desafios na Definição do CAQ (relatório do acórdão)

Falta consenso técnico e político sobre os parâmetros mínimos de qualidade do ensino para embasar a construção conceitual do CAQ.



Processo de regulamentação do CAQ pode resultar em criação de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado para a União sem as compensações necessárias e os pressupostos de sustentabilidade, além de pressão sobre as contas dos entes federativos com despesas de pessoal (art. 17, a 23 da LRF, art. 169 da CF e EC 109/2021)



Incertezas sobre o dimensionamento do impacto fiscal para a União decorrente de eventual suplementação adicional de recursos para além das fontes já vinculadas na educação básica.

9.5. comunicar ao Ministério da Fazenda (MF), à Advocacia Geral da União (AGU), ao Ministério da Educação (MEC) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que o **processo de regulamentação do CAQ** pode resultar em:

9.5.1. pressão sobre as contas dos entes subnacionais no que se refere ao limite de despesa com pessoal, com base no art. 169 da Constituição Federal e nos arts. 18 a 23 da LRF;

9.5.2. criação de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado para a União sem:

9.5.2.1. a compensação necessária para o seu atendimento, em dissonância com o art. 17, § 2º, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa); e

9.5.2.2. atender os pressupostos de sustentabilidade fiscal dispostos nos art.163, inciso VIII, art. 164-A, parágrafo único, e art. 165, § 2º, da Constituição Federal, inseridos pela Emenda Constitucional 109/2021;

PL 2.614/2024 – PNE (2024-2034)

Estratégia 18.1. Aperfeiçoar o mecanismo redistributivo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, de modo a aumentar a sua efetividade para a redução das desigualdades na capacidade de financiamento das redes públicas de ensino e para o aumento da equidade no acesso dos alunos aos recursos públicos da educação básica.

Estratégia 18.3. Redefinir e implementar os fatores de ponderação do Fundeb, de maneira progressiva, tendo por horizonte o atingimento do CAQ, uma vez definidos os padrões nacionais de qualidade para cada etapa, modalidade, jornada, tipo de escola e público-alvo da educação básica.

Riscos do Regime Híbrido da Complementação da União ao Fundeb

Fontes de financiamento subestimadas

Uso de fontes orçamentárias subestimadas para financiar a elevação progressiva da Complementação ao Fundeb

Impacto de Reformas Tributárias

Risco de perda de arrecadação potencial de receitas vinculadas ao Fundeb devido a políticas de extinção e substituição tributárias

Eficácia de Indicadores (critério de partilha)

Possível não eficácia do indicador de utilização de potencial de arrecadação tributária da Complementação-VAAT

Colaboração entre Estado e Município

Necessidade de formalização do regime de colaboração referente ao ICMS Educação para fazer jus à Complementação-VAAR.

Riscos do Regime Híbrido da Complementação da União ao Fundeb

Desobediência ao princípio da conta única e específica do Fundeb / Extratos bancários

Movimentação de recursos fora do Fundo em contas bancárias. Falta de transparência e disponibilização pública dos extratos das contas do Fundeb.

Conflito federativo e Baixa Rastreabilidade dos Recursos

Falta de interoperabilidade entre Siope e Siconfi.

Subvinculações

Uso de recursos para despesas não permitidas, descumprimento das aplicações mínimas em capital e Educação Infantil.

Acórdão 2.590/2024-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz



9.1. comunicar ao Ministério da Fazenda (MF) de que **a ineficácia do indicador de potencial de arrecadação tributária** da Complementação-VAAT ao Fundeb pode comprometer o incentivo previsto pelo Fundo para que os entes federados se esforcem para arrecadar adequadamente os tributos de sua competência, conforme previsão disposta no art. 10, § 2º, da Lei 14.113/2020;

9.2. comunicar à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (CIFEBQ), que a falta de formalização do **regime de colaboração entre Estado e Município** e a respectiva execução nos termos do art. 158, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 3º da Emenda Constitucional 108/2020 (ICMS Educação), inviabiliza a habilitação do ente à Complementação-VAAR ao Fundeb, conforme art. 14, § 1º, inciso IV, da Lei 14.113/2020;

9.3. comunicar MF, ao MEC e ao FNDE que a **falta de interoperabilidade entre o Siope e o Siconfi** pode resultar em judicialização por conflito federativo, quando a União dispõe de informações essenciais no Siconfi, nos termos do art. 163-A da Constituição, para aplicar a metodologia de distribuição da Complementação-VAAT entre os entes da federação, nos casos em que os órgãos de educação estaduais, distrital e municipais não disponibilizaram as suas informações sobre orçamentos públicos em educação no Siope, a despeito do estabelecido no art. 38, caput e § 3º, da Lei 14.113/2020 9 (...);

9.4. comunicar ao Congresso Nacional que as **projeções do então Ministério da Economia** indicam que o **custo da Complementação da União ao Fundeb**, no período acumulado de 2021-2026, exigirá o aporte de R\$ 264,33 bilhões;

PL 2.614/2024 – PNE (2024-2034)

Estratégia 18.13. Aprimorar o controle interno, externo e social do uso dos recursos públicos da educação.

Atuação do TCU

01. Auditoria no Censo Escolar (em andamento)

Avaliação do grau de auditabilidade do Censo Escolar pelos órgãos de controle para fins de transferências constitucionais e legais (Fundeb, Salário-Educação, programas do FNDE). TC 005.595/2025-8, relator min. Walton Rodrigues

02. Atualização de Fiscalização

Estrutura de Financiamento da Educação (TC 027.502/2018-0, Acórdão 1.656/2019-TCU-Plenário, relator min. Walton Rodrigues)

Obrigada!

Renata Carvalho

Auditora-chefe da AudEducação/TCU
Educação, Esporte, Cultura e Direitos Humanos

audeduc@tcu.gov.br